



CÂMARA MUNICIPAL DE BANANEIRAS
"CASA ODON BEZERRA"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER Nº35/2021

PROJETO DE LEI Nº 39/2021.

**"DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO INSTITUTO
BANANEIRENSE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

AUTOR: PODER EXECUTIVO, PREFEITO MATHEUS BEZERRA DE MELO BEZERRA CAVALCANTI

RELATOR: JOSÉ NICODEMOS DA COSTA

A proposição sob exame, recebida e numerada nesta Casa como Projeto de Lei nº 39/2021, de autoria do Prefeito **MATHEUS BEZERRA DE MELO BEZERRA CAVALCANTI**, que Dispõe sobre a reestruturação Instituto Bananeirense de Previdência Municipal e dá outras providências

O referido projeto de lei foi recebido pela Secretaria Legislativa da Casa, que por determinação regimental encaminhou a matéria a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise.

Após determinação do Vereador José Marcelo Bezerra da Silva, presidente da CCJ, incumbiu-se a relatoria ao Vereador José Nicodemos da Costa.

É o relatório. Passo a opinar.

Ao considerar o disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019 que estabelece as novas regras para o Regime Geral de Previdência, inclusive estabelecendo obrigações sobre municípios e estados de adequar seus Institutos as regras geral aprovada em 2019 pelo Congresso Nacional, no legislativo e no senado, bem como a considerar o ultimato do Ministério da Economia do Governo Federal em não fazer repasses federais como os do Recurso do FUNDEB e do FPM aos municípios, da a incapacidade do nosso município de sobreviver só com recursos próprios, bem como, com as leis que rege o pacto federativo, onde municípios são obrigado a cumprir leis das instancias superior, por fim, também ao verificar o que cabe a está comissão que é a constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria, manifesto voto pela aprovação da matéria em análise.




CÂMARA MUNICIPAL DE BANANEIRAS
"CASA ODON BEZERRA"


Nos termos do art. 62, I - À Comissão de Constituição e Justiça exarar parecer sobre os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento.

Sendo assim, observamos que a constitucionalidade material, bem como, a juridicidade da matéria apresentada, atende às especificidades das normas vigentes.

Isto posto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto em análise.

Sala das Comissões, 17 de Dezembro de 2021


José Nicodemos da Costa
Relator


Márcio da Silva Santos
Membro
Favorável ☐ Contrário ☐


José Marcelo Bezerra da Silva
Presidente
Favorável ☒ Contrário ☐